

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. – Sicoob Palmeiras
Palmeiras de Goiás/GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Palmeiras e Região Ltda. – Sicoob Palmeiras, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Palmeiras em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 12 de março de 2019.




Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 1727

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
 (EM R\$)

ATIVO	2018	2017	PASSIVO + PATRIMONIO LIQUIDO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	62.376.743	55.635.561	PASSIVO CIRCULANTE	39.698.496	32.404.740
DISPONIBILIDADES	359.840	372.231	DEPÓSITOS (NOTA 9)	23.355.659	20.135.911
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	359.840	372.231	DEPÓSITOS A VISTA	11.308.036	9.504.303
			DEPÓSITOS A PRAZO	12.047.623	10.631.608
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 4)	27.555.523	22.336.581	OBRIGAÇÃO POR LETRAS DO AGRONEGOCIO (NOTA 10)	3.160.603	140.654
CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA	27.555.523	22.336.581	LETRA DE CREDITO DO AGRONEGOCIO - LCA	3.160.603	140.654
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	34.291.316	31.606.357	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11)	10.238.611	8.249.308
SETOR PRIVADO	35.670.727	32.261.448	REPASSES INTERFINANCEIROS	10.238.611	8.249.308
(-) PROVISÃO PARA CLD	(1.379.411)	(655.091)			
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6)	170.064	1.320.392	RELAÇÃO DE INTERDEPENDENCIAS (NOTA 12)	1.747.800	2.219.500
RENDAS A RECEBER	11.576	10.507	RECURSOS EM TRÂNSITO DE TERCEIROS	1.747.800	2.219.500
DIVERSOS	158.488	1.309.885			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.679.479	10.815.143	OUTRAS OBRIGAÇÕES (NOTA 13)	1.195.823	1.659.367
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 6)	103.198	103.198	COB E ARRECAD. DE TRIB.E ASSEM.	10.895	16.242
DIVERSOS	103.198	103.198	SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	389.199	373.906
			FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	342.872	441.858
			DIVERSAS	452.857	827.361
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 5)	8.094.166	5.070.647	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.051.265	103.198
SETOR PRIVADO	8.957.381	5.469.871	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 11)	1.948.067	0
(-) PROVISÃO PARA CLD	(863.215)	(399.224)	REPASSES INTERFINANCEIROS	1.948.067	0
INVESTIMENTOS (NOTA 7)	7.460.467	5.010.794	OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS (NOTA 13)	103.198	103.198
OUTROS INVESTIMENTOS	7.460.467	5.010.794			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 8)	743.627	607.113	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 15)	38.306.461	33.942.766
IMÓVEIS DE USO	557.505	450.000	CAPITAL	28.012.954	25.261.919
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES DE USO	678.895	607.490	CAPITAL SOCIAL	28.012.954	25.261.919
(-) DEPRECIACIONES ACUMULADAS	(492.773)	(450.377)	RESERVA DE SOBRAS	9.087.826	7.601.987
INTANGIVEL	1.278.021	23.391	SOBRAS/PERDAS ACUMULADAS (NOTA 15.e)	1.205.681	1.078.860
ATIVOS INTANGIVEIS	1.585.998	305.633			
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(307.977)	(282.242)			
TOTAL DO ATIVO	80.056.222	66.450.704	TOTAL DO PASSIVO+PATRIM LIQUIDO	80.056.222	66.450.704

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 31 de Dezembro de 2018.

JOSE RENNER DE SOUZA RATES
 CPF: 301.740.231-20
 PRESIDENTE

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
 CPF: 219.008.331-15
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

FERNANDA CASTORINA CAMPOS
 Contadora CRC-GO 020222/O-3
 CPF: 017.748.781-00

DISCRIMINAÇÃO	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (NOTA 16)	4.378.982	8.422.219	7.792.486
Operações de Crédito	4.269.609	8.268.455	7.792.486
Resultado de aplicações compulsórias	109.373	153.764	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(2.199.971)	(2.694.278)	(2.125.852)
Operações de Captação no Mercado (NOTA 9.b)	(502.536)	(952.383)	(1.231.475)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(309.154)	(461.608)	(403.495)
Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa	(1.388.281)	(1.280.287)	(490.882)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	2.179.011	5.727.941	5.666.634
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(195.994)	(329.079)	55.546
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	472.894	814.247	785.409
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	87.806	184.394	165.438
Despesas (Dispêndios) de Pessoal (NOTA 18)	(940.433)	(1.793.963)	(1.782.659)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas (NOTA 19)	(749.370)	(1.702.269)	(1.821.085)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(39.245)	(85.325)	(65.033)
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (NOTA 20)	49.755	446.766	700.973
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.047.802	2.002.975	2.343.693
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (NOTA 21)	(125.203)	(195.904)	(271.190)
RESULTADO OPERACIONAL	1.983.017	5.398.862	5.722.180
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (NOTA 22)	62	10.386	17.034
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL	1.983.079	5.409.248	5.739.214
Juros ao Capital (NOTA 16)	(848.349)	(1.668.344)	(2.294.711)
SOBRAS LÍQUIDAS	1.134.730	3.740.904	3.444.503

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 31 de Dezembro de 2018.

JOSE RENNER DE SOUZA RATES

CPF.:301.740.231-20

PRESIDENTE

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA

CPF: 219.008.331-15

DIRETOR ADMINISTRATIVO

FERNANDA CASTORINA CAMPOS

Contadora CRC-GO 020222/O-3

CPF.: 017.748.781-00



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Valores em R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE SOBRAS			SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
		FUNDO DE RESERVA	FAC	CONTINGÊNCIA FUNCAAF		
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 31/12/2016	22.018.094	5.022.343	986.810	135.270	845.837	29.008.354
AUMENTOS DE CAPITAL:						
- Por Incorporação de Sobras	845.837				(845.837)	0
- Por Incorporação de Reservas	986.810		(986.810)			0
- Por Integralizações	1.408.242					1.408.242
- Incorporação de Juros ao Capital	2.294.712					2.294.712
Baixa Capital	(2.291.776)					(2.291.776)
OUTROS EVENTOS:						
- Constituição/Reversão FUNCAAF				106.844		106.844
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (DESTINAÇÃO)/REVERSÃO DO FATES					3.444.503	3.444.503
DESTINAÇÕES:					151.697	151.697
- Fates					(179.810)	(179.810)
- Fundo de Reserva		1.078.860			(1.078.860)	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			1.258.670		(1.258.670)	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2017	25.261.919	6.101.203	1.258.670	242.114	1.078.860	33.942.766
MUTAÇÕES NO PERÍODO	3.243.825	1.078.860	271.860	106.844	233.023	4.934.412
SALDOS NO INICIO DO PERÍODO EM: 01/01/2018	25.261.919	6.101.203	1.258.670	242.114	1.078.860	33.942.766
AUMENTOS DE CAPITAL:						
- Por Incorporação de Reservas	1.258.670		(1.258.670)			0
- Por Integralizações	2.499.768					2.499.768
- Incorporação de Juros ao Capital	1.507.252					1.507.252
Baixa Capital	(2.514.655)					(2.514.655)
OUTROS EVENTOS:						
- Constituição/Reversão FUNCAAF				132.200		132.200
- Distribuição de sobras aos associados					(1.078.860)	(1.078.860)
SOBRAS (PREJUÍZO) DO PERÍODO (DESTINAÇÃO)/REVERSÃO DO FATES					3.740.904	3.740.904
DESTINAÇÕES:					278.033	278.033
- Fates					(200.947)	(200.947)
- Fundo de Reserva		1.205.681			(1.205.681)	0
- Fundo Para Aumento de Capital (FAC)			1.406.628		(1.406.628)	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO EM: 31/12/2018	28.012.954	7.306.884	1.406.628	374.314	1.205.681	38.306.461
MUTAÇÕES NO PERÍODO	2.751.035	1.205.681	147.958	132.200	126.821	4.363.695

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás - GO, 31 de Dezembro de 2018.

JOSE RENNER DE SOUZA RATES
 CPF.:301.740.231-20
 PRESIDENTE

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
 CPF:219.008.331-15
 DIRETOR ADMINISTRATIVO

FERNANDA CASTORINA CAMPOS
 CONTADORA CRC-GO 020222/O-3
 CPF.: 017.748.781-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
 Semestre e Exercício findos em 31 de Dezembro de 2018
 e Exercício findo em 31 de Dezembro de 2017

Descrição	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado líquido do exercício / semestre.....	1.134.730	3.740.904	3.444.503
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)	1.428.507	1.289.932	557.663
Despesas de depreciação e amortização.....	40.226	68.130	59.544
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	1.388.281	1.280.287	490.882
Perda de capital - baixa de imobilizado.....	-	(58.485)	7.237
Variações patrimoniais:	(10.170.446)	2.383.012	2.255.184
Relações interfinanceiras e interdependências.....	12.583.874	3.465.670	566.631
Operações de crédito.....	(16.350.676)	(5.708.478)	(3.795.522)
Outros créditos.....	16.014	(1.150.328)	(641.134)
Depósitos	(6.244.177)	3.219.748	5.698.465
Obrigação por Letras do Agronegócio.....	570.939	3.019.944	140.654
Outras obrigações	(746.420)	(463.544)	286.090
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	(7.607.209)	7.413.848	6.257.350
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos.....	(2.118.205)	(2.449.673)	(595.302)
Aquisição de imobilizado de uso.....	1.117.805	(178.910)	(520.447)
Aplicação no intangível.....	(1.280.365)	(1.280.365)	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.280.765)	(3.908.948)	(1.115.749)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento/(redução) de capital.....	244.458	(175.979)	(883.534)
Incorporação de juros ao capital.....	1.668.344	1.668.344	2.294.712
Constituição/(Reversão) do FATES.....	77.086	77.086	(28.113)
Constituição/(Reversão) do FUNCAAF - Reserva Estatutária.....	50.208	132.200	106.844
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2.040.096	1.701.651	1.489.909
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(7.847.878)	5.206.551	6.631.510
Varição do Caixa e Equivalentes de Caixa	(7.847.878)	5.206.551	6.631.510
Caixa e equivalentes de caixa no início do período.....	35.763.241	22.708.812	16.077.302
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 3.c).....	27.915.363	27.915.363	22.708.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Palmeiras de Goiás, 31 de dezembro de 2018.

José Renner de Souza Rates
 CPF.: 301.740.231-20
 Presidente

Ricardo Wagner de Oliveira
 CPF.:219.008.331-15
 Diretor Administrativo

Fernanda Castorina Campos
 CPF.: 017.748.781-00
 Contadora - CRC-GO 020222/O-3

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **02/02/1993**, filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA – SICOOB GOIÁS CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB PALMEIRAS** possui **2** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **TURVÂNIA - GO, PALMINÓPOLIS - GO.**

O **SICOOB PALMEIRAS** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 05/02/2019.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	359.840	372.231
Relações interfinanceiras - centralização financeira	27.555.523	22.336.581
TOTAL	27.915.363	22.708.812

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**.

4. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira - Cooperativas	27.555.523	22.336.581
TOTAL	27.555.523	22.336.581

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	199.127	-	199.127	143.185
Empréstimos	14.384.065	4.293.343	18.677.408	14.889.342
Títulos Descontados	4.566.572	-	4.566.572	5.687.095
Financiamentos	1.574.582	2.148.720	3.723.302	1.962.321
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	14.946.381	2.515.318	17.461.699	15.049.376
(-) Provisões para Operações de Crédito	-1.379.411	-863.215	-2.242.626	-1.054.315
TOTAL	34.291.316	8.094.166	42.385.482	36.677.004

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	1.494.237	3.491	-	-	1.497.728	-	2.729.459	-
A 0,5% Normal	6.210.306	12.807	1.250.744	9.473.260	16.947.117	-84.736	13.864.292	-69.321
B 1% Normal	5.846.007	237.233	1.714.752	4.114.531	11.912.524	-119.125	11.400.852	-114.008
B 1% Vencidas	33.609	1.730	-	-	35.339	-353	5.409	-54
C 3% Normal	3.626.897	199.191	479.688	1.019.536	5.325.312	-159.759	6.523.884	-195.716
C 3% Vencidas	186.563	-	-	-	186.563	-5.597	275.877	-8.276
D 10% Normal	3.122.726	106.180	247.000	2.002.375	5.478.282	-547.828	1.478.560	-147.856
D 10% Vencidas	124.408	429	15.574	-	140.410	-14.041	294.682	-29.468
E 30% Normal	1.044.471	51.962	15.543	851.997	1.963.974	-589.192	393.955	-118.187
E 30% Vencidas	274.450	4.249	-	-	278.699	-83.609	513.659	-154.098
F 50% Normal	148.577	729	-	-	149.306	-74.653	3.962	-1.984
F 50% Vencidas	-	3.687	-	-	3.687	-1.843	8.785	-4.393
G 70% Normal	-	5.671	-	-	5.671	-3.970	500	-350
G 70% Vencidas	485.262	-	-	-	485.262	-339.683	89.442	-62.609
H 100% Normal	15.847	114	-	-	15.961	-15.961	63.183	-63.183
H 100% Vencidas	171.673	30.601	-	-	202.275	-202.275	84.810	-84.810
Total Normal	21.509.069	617.378	3.707.728	17.461.699	43.295.874	-1.595.224	36.458.654	-710.607
Total Vencidos	1.275.965	40.696	15.574	-	1.332.234	-647.402	1.272.665	-343.709
Total Geral	22.785.033	658.074	3.723.302	17.461.699	44.628.108	-2.242.626	37.731.319	-1.054.315
Provisões	-1.526.133	-72.846	-68.712	-574.934	-2.242.626	-	-1.054.315	-
Total Líquido	21.258.900	585.228	3.654.590	16.886.765	42.385.482	-	36.677.004	-

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	2.901.473	11.023.645	4.293.343	18.218.461
Títulos Descontados	4.473.124	93.448	-	4.566.572
Financiamentos	264.012	1.310.570	2.148.720	3.723.302
Financiamentos Rurais	35.659	14.910.721	2.515.318	17.461.699
Conta Corrente	658.074	-	-	658.074
TOTAL	8.332.342	27.338.384	8.957.381	44.628.108

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	9.107	377.970	167.054	-	554.131	1%
Setor Privado - Indústria	396	-	79.988	35.659	116.043	0%
Setor Privado - Serviços	130.350	3.239.480	1.108.080	-	4.477.910	10%
Pessoa Física	498.407	18.279.916	3.027.190	17.426.040	39.231.553	88%
Outros	19.814	44.397	184.260	-	248.471	1%
TOTAL	658.074	21.941.763	4.566.572	17.461.699	44.628.108	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	-1.054.315	-740.730
Constituições	-1.272.392	-491.219
Transferência para prejuízo	84.081	177.634
TOTAL	-2.242.626	-1.054.315

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.588.096	4,00%	1.497.750	4,00%
10 Maiores Devedores	11.058.995	25,00%	10.612.488	28,00%
50 Maiores Devedores	29.934.267	67,00%	26.806.516	71,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	554.931	466.623
Constituições	84.081	177.634
Reversões	-102.193	-89.326
TOTAL	536.819	554.931

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2018 a cooperativa apresentou saldo de renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 5.251.508 (cinco milhões duzentos e cinquenta e um mil quinhentos e oito reais), compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Rendas a Receber (a)	11.576	10.507
Diversos	261.686	1.413.083
<i>Adiantamentos e Antecipações Salariais</i>	842	4.753
<i>Adiantamentos por Conta de Imobilizações (b)</i>	-	1.199.852
<i>Devedores por Depósitos em Garantia – Não circulante (c)</i>	103.198	103.198
<i>Impostos e Contribuições a Compensar (d)</i>	97.128	97.128
<i>Títulos e Créditos a Receber</i>	734	3.704
<i>Devedores Diversos – País</i>	18.133	4.448
TOTAL	273.262	1.423.590

(a) Refere-se a rendas oriundas de convênio com CELG, SANEAGO, TELECOMUNICAÇÕES, TRIBUTOS FEDERAIS, ESTADUAIS, DPVAT, FGTS E OUTROS, as quais serão recebidas a partir do mês de janeiro de 2018.

(b) Refere-se ao custo de implantação de Data Center (Projeto Inova TI), que foi reclassificado para o Ativo Permanente em razão da conclusão e entrada em funcionamento. O contrato foi firmado entre a cooperativa e a empresa LCS Desenvolvimento, Negócios e Intermediações Ltda.

- (c) Depósito em juízo relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre as receitas de atos cooperativos, que vem sendo discutido judicialmente (vide nota 28).
- (d) Refere-se a valores pagos de IRRF sobre juros ao capital.

7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB GOIÁS CENTRAL** e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	5.224.490	3.022.942
Participações inst financ controlada coop crédito	2.235.977	1.987.852
TOTAL	7.460.467	5.010.794

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2018	31/12/2017
Terrenos		450.000	450.000
Edificações	4%	107.505	-
Móveis e equipamentos de Uso	10%	168.798	161.697
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-110.979	-98.231
Sistema de Comunicação	20%	4.136	4.136
Sistema de Processamento de Dados	10%	382.552	325.449
Sistema de Segurança	10%	86.908	79.707
Sistema de Transporte	20%	36.500	36.500
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-381.793	-352.145
TOTAL		743.627	607.113

9. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré- estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré- fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré- fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Deposito a Vista	11.308.036	9.504.303
Deposito a Prazo	12.047.623	10.631.608
TOTAL	23.355.659	20.135.911

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto Social próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	1.754.397	7,00%	2.219.500	10,00%
10 Maiores Depositantes	7.179.770	29,00%	7.092.337	32,00%
50 Maiores Depositantes	15.401.979	62,00%	12.915.473	58,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	-785.253	-1.169.440
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-120.745	-25.909
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-46.385	-36.127
TOTAL	-952.383	-1.231.475

10. Recursos e aceites cambiais e similares

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio – LCA	3.160.603	140.654
TOTAL	3.160.603	140.654

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04). São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários, abaixo o saldo apropriado em despesas:

Descrição	2018	Taxa média	2017	Taxa média
Despesa Letras de Crédito do Agronegócio	-120.745	0,40	-25.909	0,43

11. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	12.186.678	8.249.308
TOTAL	12.186.678	8.249.308
Circulante	10.238.611	8.249.308
Não Circulante	1.948.067	-

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	1.747.800	2.219.500
TOTAL	1.747.800	2.219.500

Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	10.895	16.242
Sociais e Estatutárias	389.199	373.906
Fiscais e Previdenciárias	342.872	441.858
Diversas	556.055	930.559
TOTAL	1.299.021	1.762.565
Circulante	1.195.823	1.659.367
Não circulante	103.198	103.198

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados	203.192	175.245
Resultado de Atos com Não Associados	55.857	160.889
Cotas de Capital a Pagar	130.150	37.772
TOTAL	389.199	373.906

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para impostos e contribuições/lucros	-	3.884
Impostos e contribuições a recolher	342.872	437.974
TOTAL	342.872	441.858

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	13.183	15.360
Provisão para Pagamentos a Efetuar	182.912	640.570
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 28)	103.198	103.198
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	161.758	63.721
Credores Diversos - País	95.003	107.710
TOTAL	556.055	930.559

(a) Saldo composto, basicamente, pelos seguintes eventos: provisão para pagamento despesas de pessoal e outras despesas administrativas.

(b) Refere-se à contabilização, a partir de 01/01/2018, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 5.421.763 (R\$ 6.372.059 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

14. Instrumentos financeiros

O **SICOOB PALMEIRAS** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de **2018** e de **2017**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

No exercício de 2018, a Cooperativa aumentou seu capital social para o montante de R\$ 28.012.954 por meio de recursos provenientes do PROCAPCRED – Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito ou SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	28.012.954	25.261.919
Associados	1.355	1.270

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 30%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Aumento de Capital

Representado pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 35%, utilizados para futuro aumento de capital da cooperativa.

d) Reserva de Contingência

Fundo instituído pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de dezembro de 2014, sob registro na Ata Sumaria nº. 28, que tem por objetivo proteger o patrimônio numerário da cooperativa, por meio da cobertura de eventuais sinistros (arrombamentos, assaltos, furtos e outras ações criminosas) em que a cooperativa possa vir a ser vítima, bem como ao desenvolvimento da cooperativa. Os recursos terão origem do provisionamento mensal no valor de 3% (três por cento) do resultado líquido mensal, antes da provisão do imposto de renda.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 23/03/2018, os cooperados deliberaram pelo crédito em conta corrente com sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.078.860.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Resultado antes da Tributação	3.740.904	3.444.503
Ajustes utilização de Recursos FATES	278.033	151.697
Resultado Ajustado, base de cálculo das destinações	4.018.937	3.596.200
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 30%	-1.205.681	-1.078.860
Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	-200.947	-179.810
Fundo de Aumento de Capital – 35%	-1.406.628	-1.258.670
Sobra à disposição da Assembleia Geral – 30%	1.205.681	1.078.860

16. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

17. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	333.479	303.040
Rendas de Empréstimos	4.275.130	3.820.538
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.305.449	1.741.812
Rendas de Financiamentos	600.830	419.578
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	-	482.960
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.132.474	524.699
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	96.193	48.992
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. Recursos Direcionados da Poupança Rural	355.124	175.777
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	183.289
Recuperação de Créditos Baixados Como Prejuízo	169.776	91.800
Rendas de Créditos Vinculados ao Credito Rural	153.763	-
TOTAL	8.422.218	7.792.486

18. Despesas de Pessoal

Descrição	2018	2017
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-17.130	-16.830
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-217.046	-210.999
Despesas de Pessoal - Benefícios	-258.995	-234.150
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	-379.438	-369.434
Despesas de Pessoal - Proventos	-918.691	-951.246
Despesas de Remuneração de Estagiários	-2.663	-
TOTAL	-1.793.963	-1.782.659

19. Outras Despesas Administrativas

Descrição	2018	2017
Despesas de Água, Energia e Gás	-45.249	-47.442
Despesas de Aluguéis	-61.394	-53.912
Despesas de Comunicações	-51.349	-41.853
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-45.891	-14.339
Despesas de Material	-47.510	-35.881
Despesas de Processamento de Dados	-233.322	-265.243
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-41.334	-86.781
Despesas de Propaganda e Publicidade	-12.167	-15.865
Despesas de Seguros	-146.797	-121.047
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-201.219	-202.261
Despesas de Serviços de Terceiros	-99.373	-93.996
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-157.035	-169.280
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-99.202	-87.038
Despesas de Transporte	-38.336	-38.359
Despesas de Viagem no País	-33.097	-22.298
Outras Despesas Administrativas	-19.673	-14.126
Despesas de Amortização	-25.879	-13.642
Despesas de Depreciação	-42.252	-45.902
Emolumentos judiciais e cartorários	-8.794	-16.374
Contribuição a OCE	-101.758	-83.844
Rateio de despesas da Central	-190.642	-351.602
TOTAL	-1.702.269	-1.821.085

20. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Reversão De Provisão Para Garantias Prestadas	7.417	129.741
Credito Receita SIPAG - Faturamento	11.340	-
Credito Receita Sipag - Antecipação	13.885	-
Distribuição De Sobras Da Central	83.344	27.090
Outras Rendas Operacionais	330.780	544.142
TOTAL	446.766	700.973

21. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Descontos Concedidos	-8.615	-
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-393	-141
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-720	-1.780
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-448	-1.146
Descontos concedidos – operações de crédito	-7.079	-9.926
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-30.565	-37.226
Outras Despesas Operacionais	-42.630	-37.415
Garantias Financeiras Prestadas	-105.454	-183.556
TOTAL	-105.904	-271.190

22. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	-	16.000
Ganhos de Capital	11.064	15.424
Outras Rendas não Operacionais	62	-
(-) Perdas de Capital	-	-7.237
(-) Outras Despesas não Operacionais	-740	-7.153
Resultado Líquido	10.386	17.034

23. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2018>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	24.030.674	21,97%	122.950
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	10.060.175	9,2%	29.200
TOTAL	34.090.849	31,16%	152.150
Montante das Operações Passivas	6.326.797	13,31%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em <2018>:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	177.097	4.055	36%
Conta Garantida	13	1	0%
Crédito Rural	7.863.964	264.169	45%
Empréstimo	6.201.578	255.166	34%
Financiamento	613.140	5.913	16%
Títulos Descontados	947.919	2.865	21%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.649.982	14,72%	0%
Depósitos a Prazo	998.191	6,56%	0,43%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Desconto de Cheques	2,23% a.m.	2,29% a.m.
Empréstimos	2,06% a.m.	2,41% a.m.
Financiamento	1,75% a.m.	2,28% a.m.
Aplicação Financeira - Pós Fixada	89,33% CDI	90% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018	
CPR (física, financeira, coobrigações)	
Empréstimos e Financiamentos	13,63%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	9,72%
Crédito Rural (modalidades)	10,66%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	28.332.679
Empréstimos e Financiamentos	9.887.835
Títulos Descontados	199.154

e) No exercício de <2018> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	-8.586
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-110.211
Encargos Sociais	-25.919

24. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE PALMEIRAS E REGIÃO LTDA - SICOOB PALMEIRAS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO DE GOIÁS LTDA - SICOOB GOIÁS CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB GOIÁS CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas

exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB GOIÁS CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB PALMEIRAS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB GOIÁS CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB GOIÁS CENTRAL**:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Centralização Financeira	27.555.523	22.336.581
Investimentos	5.224.490	3.022.942

25. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para

os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

25.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

26. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2018	2017
Índice de Basileia	58,71%	71,01%

28. Provisão para Riscos Fiscais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Riscos Fiscais	Depósitos Judiciais	Provisão para Riscos Fiscais	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98	103.198	103.198	103.198	103.198
TOTAL	103.198	103.198	103.198	103.198

O montante registrado refere-se à provisão constituída para riscos fiscais relativa ao PIS e à COFINS, que se encontram depositados em juízo. A legalidade de recolhimento está sendo questionada pelas cooperativas de crédito integrantes do sistema Sicoob Goiás, por meio do mandado de segurança aforados pelo mesmo, com pedido de liminar. Foi concedida em 01.08.2000, liminar determinando a autoridade competente para se abster de exigir das cooperativas de crédito do Sistema Sicoob Goiás a contribuição para a COFINS sobre receitas com atos cooperativos próprios (Lei 5.761/71), que se encontra suspensa, excluindo-se da decisão os atos praticados com terceiros. Em 25.11.2005, o TRF da 1ª Região julgou e deu ganho de causa às cooperativas de crédito integrantes do Sistema Sicoob Goiás, em relação ao recurso de apelação no Mandado de Segurança, no que diz respeito à cobrança da COFINS. Segundo Assessoria Jurídica do Sicoob Goiás Central, a Receita Federal recorreu da decisão e ainda se aguarda o resultado do recurso.

Segundo a assessoria jurídica, não existem, em 31 de dezembro de 2018, processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, que tenham sido classificados com risco de perda possível.

PALMEIRAS DE GOIÁS-GO, 31 de dezembro de 2018

JOSE RENNER DE SOUZA RATES
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADM.

RICARDO WAGNER DE OLIVEIRA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

FERNANDA CASTORINA CAMPOS
CONTADOR 020222/O-3